

PRINCÍPIOS FUNCIONALISTAS PARA A ABORDAGEM DA SINTAXE NA ESCOLA: IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO

Lucineudo Machado IRINEU

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Marílio Salgado NOGUEIRA

Universidade Federal do Ceará – UFC

Resumo: Este trabalho objetiva discutir questões didáticas relacionadas ao atual cenário de ensino de sintaxe em aulas de língua portuguesa em se tratando de práticas pedagógicas centradas na abordagem do formal em detrimento do funcional em termos linguísticos, a fim de apresentar a visão de estudiosos do Funcionalismo de Praga a este respeito. Para o alcance de tal objetivo, revisitaremos discussões empreendidas por Mendonça (2006) e Antunes (2007), dentre outros, sobre o ensino de línguas com foco na abordagem quase que exclusiva da gramática normativa, para, a partir de então, discutirmos os pressupostos teóricos de Martinet (1971) e Combettes (1983) sobre análise sintática à luz dos princípios funcionalistas. A discussão empreendida evidencia que a abordagem dos itens sintáticos nos níveis gramatical, semântico e temático na sentença mostra-se como um exercício de descrição e análise linguísticas necessário à integração do formal e do funcional na abordagem da sintaxe nas aulas de línguas, tal como propõem os princípios funcionalistas.

Palavras-Chave: Sintaxe. Ensino de línguas. Gramática. Funcionalismo.

FUNCTIONALIST PRINCIPLES FOR THE SYNTAX APPROACH AT SCHOOL: IMPLICATIONS FOR THE TEACHING

Abstract: This article focuses on educational issues related to the current scenario of the teaching of syntax in Portuguese language classes related to pedagogical practices centered on the formal approach instead of the functional one in linguistics terms, with the objective to present the vision of scholars functionalism from Prague related to that. To reach this goal, we revisited discussions undertaken by Mendonça (2006) and Antunes (2007), among others, on the approach to language teaching almost exclusively of normative grammar, for, from that, discussing the theoretical assumptions of Martinet (1971) and Combettes (1983) on syntactic analysis based on functionalist principles. The discussion undertaken shows that the approach

of syntactic items in grammatical, semantic and thematic levels in the sentence shows up as an exercise in linguistic description and analysis necessary for the integration of formal and functional approach to syntax in language classes, as proposed functionalist principles.

Keywords: Syntax. Language teaching. Grammar. Functionalism.

PRINCIPIOS FUNCIONALISTAS PARA EL ABORDAJE DE LA SINTAXIS EN LA ESCUELA: IMPLICACIONES PARA LA ENSEÑANZA

Resumen: Este trabajo objetiva discutir cuestiones didácticas relacionadas al actual escenario de la enseñanza de sintaxis en las clases de lengua portuguesa en lo que se refiere a las prácticas pedagógicas centradas en el abordaje del formal en detrimento del funcional en términos lingüísticos, a fin de presentar la visión de estudiosos del Funcionalismo de Praga a este respecto. Para el alcance de tal objetivo, revisaremos discusiones emprendidas por Mendonça (2006) y Antunes (2007), entre otros, sobre la enseñanza de lenguas con foco en el abordaje casi que exclusivo de la gramática normativa, para, a partir de entonces, discutir los presupuestos teóricos de Martinet (1971) y Combettes (1983) sobre análisis sintáctica a la luz de los principios funcionalistas. La discusión emprendida evidencia que el abordaje de los ítems sintácticos en los niveles gramatical, semántico y temático en la sentencia se muestra como un ejercicio de descripción y análisis lingüísticos necesario a la integración del formal y del funcional en el abordaje de la sintaxis en las clases de lenguas, tal como se lo proponen los principios funcionalistas.

Palabras-clave: Sintaxis. Enseñanza de lenguas. Gramática. Funcionalismo.

INTRODUÇÃO

Já não é de hoje que a aula de língua portuguesa tem se tornado objeto de pesquisa de diversos estudos em Linguística e em Linguística Aplicada. Na medida em que tomamos a escola como “agência cosmopolita de letramento” (ROJO, 2009), por extensão tomamos a sala de aula e as práticas de linguagem nela ambientadas como “laboratório” de análise de diversos fenômenos relacionados ao ensino de línguas. Neste tocante, o presente trabalho objetiva problematizar uma prática de linguagem específica do ambiente escolar: o ensino de sintaxe na aula de língua portuguesa.

Partindo do pressuposto de que “a análise sintática, da forma como é tratada pela gramática tradicional, privilegia uma gama de conceitos que dão conta exclusivamente da estrutura frasal” (MENDONÇA, 2006, p. 23), discutiremos a visão de dois teóricos

representantes do Funcionalismo de Praga a respeito do componente “análise sintática” em termos de descrição e análise linguísticas, reconhecendo que a visão funcionalista da linguagem se propõe a estudar a sintaxe de maneira integrada aos componentes semântico e pragmático. Para fins de contextualização, revisitaremos os pensamentos de Mendonça (2006) e Antunes (2007) sobre o atual cenário do ensino de língua portuguesa através de práticas pedagógicas que, em muito pouco, contribuem para o aperfeiçoamento da competência comunicativa dos sujeitos.

Através das discussões aqui empreendidas, acreditamos ser possível lançar ponte entre as práticas escolares de ensino de sintaxe e as investigações linguísticas, com o objetivo de levar, para a escola básica, resultados de pesquisas científicas que sejam capazes de contribuir para que haja mudanças no atual ensino de língua portuguesa, mudanças estas tão mais necessárias quanto urgentes.

AULA DE PORTUGUÊS: QUE SINTAXE ESTAMOS ENSINANDO?

Se entendermos sintaxe como o estudo das relações linguísticas entre os constituintes de um enunciado com direção a um projeto de texto, urge como necessária a revisão de estudos na área para que se possa pensar em modificações nas práticas de ensino vigentes em escolas de todo o Brasil, práticas estas que repercutem diretamente na elaboração de livros didáticos, por exemplo, por vezes o único material de ensino de que se vale o professor de línguas nos ensinos fundamental e médio brasileiros. Deste modo, sabe-se que, em tempos em que se discute o ensino de línguas mediado por gêneros discursivos, com concepções situadas de texto e de discurso, por exemplo, a necessidade de redimensionamento de práticas pedagógicas faz-se urgente.

Necessário é, então, pensar em um ensino de línguas pautado na abordagem dos fatos linguísticos em situações reais de uso, em termos funcionalistas, para sermos mais precisos. A esse respeito, Bunzen (2006, p. 12) afirma que:

A escolha de um modelo linguístico, que seja eficientemente aplicado ao ensino da língua, depende, obviamente, dos objetivos principais deste ensino, tais como: adequação ao contexto linguístico, expansão do nível da frase para os níveis do texto e do diálogo; consideração das funções

da linguagem, como a referencial, a emotiva, a poética, a conativa, a fática e a metalinguística; a explicação não só do uso literal da frase, mas também da intenção do falante, dentre outros.

Amparando-nos em Bunzen (2006), e tomando como verdadeiro o pressuposto de que o objetivo do ensino de língua portuguesa na educação básica é a ampliação da competência comunicativa dos falantes (ANTUNES, 2007), concebemos o Funcionalismo em algumas de suas vertentes como um modelo linguístico necessário a ser pensando em termos de um ensino de línguas, uma vez que viabiliza a abordagem dos fenômenos de linguagem em situações de uso, favorecendo, nos estudantes, a compreensão destes fenômenos da prática de análise linguística.

Por competência comunicativa entendemos um complexo de capacidades (cognitivas e estruturais) das quais os sujeitos se valem para interagir no mundo e com os seres e objetos que o integram através das práticas de linguagem. Trata-se de um conceito complexo, que tem suas origens nos estudos de D. Hymes (1976) e que seguiu com força nos estudos em Linguística Aplicada e em Didática de Línguas. No Brasil, Almeida Filho^[1] é um dos estudiosos de destaque que tem se preocupado com o tema, dedicando-lhe inúmeras pesquisas em Linguística Aplicada e em áreas afins.

Em se tratando especificamente das práticas de ensino na educação básica, reconhecemos que a abordagem da sintaxe tal como acontece nas turmas de ensino médio atualmente tem uma relação direta com a concepção de gramática que alicerça a prática destes docentes. Ao acreditarem não haver outra forma de abordagem da sintaxe em sala de aula se não a estrutural (de longa tradição gramatical), e amparados na crença de que o ensino de sintaxe tal como desenvolvido atualmente em diversas escolas é útil para os estudantes, os docentes acabam por reproduzir, em suas aulas, um modelo de sintaxe descontextualizado, que não corresponde de todo às relações que de fato são estabelecidas na sintaxe de uma língua natural.

A esse respeito, Neves (1991, p. 41) argumenta que, na aula de língua portuguesa, tal como realizada nos dias de hoje, em destaque para as aulas em que os docentes se propõem a realizar atividades de análise linguística:

[...] não se observa qualquer reserva de espaço para a reflexão sobre procedimentos em uso, sobre o modo de relacionamento das unidades da língua, sobre as relações mútuas entre diferentes enunciados, sobre o propósito dos textos, sobre a relação entre textos e seus produtores e/ou receptores etc..

E é com o objetivo de criar “[...] espaço para a reflexão sobre procedimentos em uso, sobre o modo de relacionamento das unidades da língua, sobre as relações mútuas entre diferentes enunciados” (NEVES, 1991, p. 41) que advogamos sobre a necessidade de deslocar o ensino de língua, mais especificamente o ensino de sintaxe da língua portuguesa, da abordagem de regras gramaticais para a análise linguística, com ênfase nos aspectos funcionais dos itens linguísticos, com o objetivo de, como salienta Mendonça (2006, p. 199):

[...] substituir o velho e tradicional modelo de ensino de gramática por práticas que possibilitem a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos, seja no momento de ler/escutar, de produzir ou de refletir sobre esses mesmos usos da língua.

Acreditando que a abordagem de aspectos discursivos e funcionais no ensino de determinados objetos de conhecimento na educação básica deve ser a base das práticas pedagógicas que alicerçam o ensino de língua portuguesa nas escolas, Scher (2007, p. 211) destaca que “[...] a abordagem funcionalista vê que a linguagem está relacionada à necessidade de comunicação entre os membros de uma comunidade e que está em constante mudança para cumprir novas necessidades comunicativas”.

Enquanto abordagem linguística que toma como objeto de interesse os fatos da língua em uso, o Funcionalismo advoga que a sintaxe é um objeto de estudo não autônomo e que, em uma análise sintática, as relações entre língua e situação comunicativa devem ser necessariamente enfatizadas para dar relevo ao traço funcional dos itens linguísticos e às relações por eles estabelecidas.

Nesta direção, para os estudiosos funcionalistas, a análise sintática vai além dos limites da sentença, já que as pesquisas em Funcionalismo se propõem a estudá-la (a sentença) de maneira integrada aos componentes semântico e pragmático, como dito. A partir de uma

abordagem funcionalista do componente sintático da língua portuguesa, objetiva-se levar o aluno a perceber a necessária articulação entre as formas da língua e as funções que elas desempenham, no contexto comunicativo.

A proposta funcionalista de estudo da sintaxe de uma língua natural parte da abordagem já empreendida pela gramática tradicional, a partir de termos essenciais, integrantes e acessórios da sentença, para enfatizar o modo como tais termos desempenham funções semântico-pragmáticas específicas que contribuem para a articulação da linguagem em unidades de sentido superiores, como o texto, a partir da abordagem de fenômenos como a coesão e as relações interfrásticas, bem como a articulação entre tema e rema, por exemplo.

A seguir, iremos nos deter na discussão dos pressupostos de André Martinet e Bernard Combettes a respeito da análise sintática à luz dos princípios funcionalistas. A escolha destes dois teóricos, em detrimento de outros que tratam do mesmo tema, dá-se em função da natureza de suas propostas que julgamos ser aplicáveis à realidade do ensino de sintaxe nas aulas de língua portuguesa na educação básica.

A VISÃO DE MARTINET: DUPLA ARTICULAÇÃO E PROJEÇÃO DE SENTIDOS

André Martinet, linguista francês, é considerado um dos grandes estudiosos da Linguística de orientação funcionalista. O referido teórico manteve contato com os pensadores do Círculo Linguístico de Praga, proporcionando um contato com os estudos estruturalistas e desenvolvendo, mais tarde, estudos na área do Funcionalismo. Seu conhecimento de dinamarquês permitiu-lhe conhecer a obra do linguista Louis Hjelmslev e suas teorias, o que, posteriormente, veio a auxiliá-lo em suas pesquisas.

O pressuposto básico do Funcionalismo, como dito, é a língua entendida como instrumento de uso. A partir deste pressuposto, os estudos funcionalistas postulam que a forma da língua é determinada pelo seu uso, tornando-a funcional (MARTINET, 1971). Tal proposição é a base da Sintaxe Universal, que estuda as *relações pertinentes* entre os elementos do enunciado e o enunciado como um todo. Para tanto, Martinet (1971) parte da dicotomia saussuriana *significante versus significado* e traça um paralelo entre as teorias de

Hjelmslev, da Glossemática, e os estudos das menores partículas que compõe a língua, nos planos da expressão e conteúdo (grifos nossos).

Uma das grandes objeções a esta prática de identificação de dois sistemas diferentes decorre do fato óbvio de que, na linguagem, algo que não se manifesta indistintamente é reconhecido como ‘significado’ ou ‘experiência’, manifestando-se por outro meio, o fônico. Isto sem dúvida implica na equivalência unívoca do significante e do significado, mas não necessariamente em uma conduta idêntica entre a unidade mínima significativa, os monemas, e a unidade mínima distinta, os fonemas.

O monema^[2] é o menor segmento de discurso ao qual se pode atribuir um sentido. Ele é o signo saussuriano, ou seja, uma unidade com um significado e uma forma acústica, pertencendo aos dois planos, o da expressão e o do conteúdo. O fonema, por sua vez, tem uma forma acústica, porém não é o significado em si, uma vez que se configura como a pura manifestação física, pertencendo ao plano da expressão.

Segundo estudiosos da área, o ponto de vista semântico não tem sido claramente explicitado por Martinet (1971) em seus escritos. No entanto, tal ponto de vista está perfeitamente exposto no quadro teórico geral de sua proposta e permite realçar o papel das funções sintáticas na construção de sentido. Os papéis semânticos resultam na combinação de determinados traços inerentes aos monemas e a um valor significativo que deriva de uma função. Portanto, os papéis semânticos são adicionados às funções sintáticas, ao tempo em que estes afetam monemas enquanto entidades relacionais.

Segundo Martinet (1971), a análise das relações variáveis sintáticas que se estabelecem entre certos elementos possibilita caracterizar o papel específico atribuído a um dos termos da relação do enunciado em comparação com o outro. Em termos práticos, a função do *sujeito* designa o papel particular que desempenha um monema que entrará em relação com um outro elemento, este sendo autorizado, pelo *sujeito*, a funcionar como um *predicado*. Portanto, ao analisar o enunciado “João comeu a fruta”, observa-se que o monema “comeu” exercerá a função de elemento do predicado e terá sentido completo se houver um monema com a função de sujeito, neste caso, “João”.

Para tanto, Martinet (1971) distinguiu os monemas em autônomos, dependentes e funcionais. Os monemas autônomos são que se comportam em si mesmo a indicação de sua própria função. Em sua composição, pode-se afirmar que os elementos que os compõem são livres^[3], como [carro] e [rua], pela sua autonomia de classe e por não necessitar de alguns complementos para proporcionar um sentido. Porém, para indicar outro sentido, como, por exemplo, a pluralidade de objetos, haveria a necessidade de acrescentar o elemento [-s] à sua forma inicial. Este elemento só terá sentido se estiver na presença de outro elemento, tornando-se formas presas^[4].

Os monemas independentes não incluem nenhuma relação definida com relação ao restante do enunciado, podendo exercer diferentes funções. Necessita de algum elemento ou necessita estar em alguma posição no enunciado para fazer parte da relação. Se for observado um enunciado como “aldeia é linda”, verificar-se-á que há uma necessidade de acrescentar um complemento (neste caso, um artigo definido “a”, que indicará um gênero e a aldeia mencionada em um dado contexto). Logo, o monema “aldeia” não é independente.

Os monemas funcionais podem ser subdivididos em morfema lexical e morfema gramatical. O primeiro morfema refere-se à parte externa da língua, ou seja, aos elementos extralinguísticos e ao conhecimento de mundo, os quais nos permitem identificar contextos e sentidos em composição de monemas, como o radical de uma palavra, que possui uma base significativa. O segundo morfema refere-se à parte interna da língua, pois deriva das relações dos elementos do enunciado e de suas categorias.

A seguir, iremos nos deter nos postulados de Combettes (1983) sobre a sintaxe enquanto nível de análise linguística. Nosso objetivo é evidenciar como produtivos os pontos de vista dos dois outros mencionados a respeito da abordagem da sintaxe na aula de língua materna.

A VISÃO DE COMBETTES: NÍVEIS GRAMATICAL, SEMÂNTICO E TEMÁTICO

Nas discussões aqui empreendidas, tomamos “frase” como enunciado com sentido completo. É deste conceito que parte Bernard Combettes, teórico funcionalista da Escola de

Praga, para a construção de seus estudos sobre sintaxe e funcionalismo a partir da abordagem da ordem dos elementos da frase, um fenômeno de linguagem que, durante muito tempo, foi de interesse quase exclusivo de áreas de investigação como a Linguística Estrutural e a Linguística Textual e que, em seguida, tornou-se fenômeno de interesse do Funcionalismo.

Ao voltar-se para o estudo da ordem da frase e das relações sintáticas dela advindas, Combettes (1983) argumenta que, na combinação sintagmática, os esquemas de organização das frases são previsíveis, dado o número também previsível de combinações possíveis dos itens no sistema linguístico. O referido teórico argumenta ainda que a organização dos elementos das frases implica questões estilísticas e outras questões de linguagem, e não somente questões estruturais, o que faz necessária a evocação de outras áreas de investigação, como a Análise do Discurso (e a Linguística Funcional) para uma adequada descrição do fenômeno ora em discussão.

A respeito da ordem dos elementos da frase, Combettes (1983) trata de casos em língua francesa em que a transmutação de elementos frasais serve a propósitos diversos (em destaque os estilísticos), tais como a ironia, a ênfase (além de evitar choques sonoros desagradáveis), para ilustrar a amplitude das possibilidades de estudos da ordem da frase em língua natural. Deste modo, “considerando que a função comunicativa é a função primordial da frase” (COMBETTES, 1983), linguísticas em geral acreditam que um dos principais objetivos da sintaxe é o estudo do estatuto da frase e de seus elementos em integração, em termos formais e funcionais. Por isso, julgamos necessário distinguir três níveis de análise da frase em termos sintáticos, partindo da descrição formal (nível da estrutura gramatical) para chegar à descrição e análise funcional (níveis das estruturas semântica e temática).

No nível da estrutura gramatical, objetiva-se a descrição das funções sintáticas tal como na concepção de sintaxe tradicional. Fazem parte deste nível de análise os termos essenciais, integrantes e acessórios tratados na larga tradição gramatical de ensino de línguas, a exemplo de “sujeito”, “objeto” e “adjunto”. Por conseguinte, no nível da estrutura semântica, objetiva-se a descrição dos papéis desempenhados pelos termos sintáticos, na oração, a exemplo de categorias como “agente”, “ação”, “destinatário”, dentre outras. Por sua vez, no nível da estrutura temática, objetiva-se a descrição da organização da informação a

partir dos termos sintáticos, desde a análise de categorias como “tema”, “rema”, “transição”, dentre outros. Deste modo, para fins de exemplificação, em um enunciado como “o aluno caminha pela escola”, teremos a seguinte análise, a partir dos três níveis em questão:

Quadro 1- Níveis de análise sintática, segundo Combettes (1983)

NÍVEIS	ENUNCIADO		
	<i>O aluno</i>	<i>caminha</i>	<i>pela escola</i>
GRAMÁTICAL	Sujeito	Verbo	Adjunto adverbial
SEMÂNTICO	Agente	Ação	Circunstante (lugar)
TEMÁTICO	Tema	Rema	

Fonte: elaboração nossa.

No nível da estrutura gramatical, o termo “o aluno” desempenha a função de “sujeito”, na condição de ser o termo de quem se fala na oração, como na tradição gramatical. Do mesmo modo, os termos “caminha” e “pela escola” são, respectivamente, verbo intransitivo (que não regem complemento) e adjunto adverbial de lugar (circunstante do verbo “caminha”). No nível da estrutura semântica, o termo “o aluno” desempenha a função de “agente” da sentença, mais especificamente “agente” do verbo de ação “caminha” cujo sentido é complementado pelo circunstante de lugar “pela escola”. No nível da estrutura temática, “o aluno” desempenha a função de tema (informação conhecida, ou seja, informação dada) e “caminha pela escola” (informação desconhecida, ou seja, informação nova).

Nesta abordagem, algumas ressalvas são importantes: a primeira delas diz respeito ao fato de estes níveis se referirem a uma visão mais estrutural dos estudos funcionalistas, a partir dos quais se postula a concepção de que forma e função linguísticas, em integração, constituem-se como elementos indispensáveis à análise dos itens linguísticos em situações reais de uso. A segunda delas diz respeito ao fato de que estes níveis só existem separadamente para fins de análise e de formulação da proposta de Combettes (1983), uma vez que, na língua em si, tais níveis se integram no plano da articulação sintática.

Ainda sobre estes níveis, importa destacar que, para o estabelecimento de tais nomenclaturas (sujeito, agente, circunstante etc.), parte-se da ideia de que cada língua organiza seus elementos segundo regras específicas, obedecendo, é claro, ao princípio de gramaticalidade. Outra questão a destacar é o reconhecimento de que a organização dos elementos da frase colabora para a progressão temática (neste tocante, a Escola de Praga dá uma contribuição significativa ao problema da ordem dos elementos da frase, pois o texto (dos elementos à progressão) passa a ser elemento de especial atenção nos estudos sintáticos).

Um exemplo de como a Escola de Praga contribuiu para os estudos sintáticos do tema é a proposta de Danes^[5] (1974) a respeito dos três grandes tipos de progressão temática, a saber: (i) tematização linear, quando um tema pode converter-se em outro; (ii) progressão por tema constante, quando o mesmo elemento temático aparece por toda a passagem da frase, e (iii) progressão por tema derivado, quando um tema desencadeia outros, configurando-se como hipertema.

Por fim, destaque-se que acreditamos ser a proposta de Combettes (1983) uma possibilidade de abordagem mais funcionalmente consciente da sintaxe na escola, na medida em que integra forma e função, em termos semânticos e pragmáticos, para a análise linguística de itens de dada sentença, reforçando a ideia de que a ordem dos elementos na frase é um meio de se investigar fenômenos como a coesão, a progressão de um texto, dentre outros. Em síntese, reafirmamos a concepção de que o Funcionalismo deve ser compreendida como um modelo linguístico a ser pensando em termos de um ensino de línguas produtivo, por viabilizar a abordagem dos fatos da língua em situações reais de uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui empreendidas mostram a necessidade de revisão de métodos e enfoques para a abordagem da sintaxe na aula de língua portuguesa. Nesta direção, as propostas de Martinet (1971) e Combettes (1983) mostram-se como uma alternativa de abordagem da estrutura sintática da língua em termos semânticos e pragmáticos. Deste modo, esperamos ter contribuído, de algum modo, para a revisão de práticas pedagógicas na

educação básica, a partir da discussão de um plano teórico que se estende para as práticas de ensino de sintaxe nas aulas de língua materna, especialmente, na educação básica.

Mediante as discussões empreendidas, reafirmamos a necessidade de formação de um aluno que reflita, um pouco mais, sobre a língua e o seu uso. Contudo, reconhecemos que o sistema educacional brasileiro ainda apresenta um ranço da tradição gramatical do ensino da língua, de forma quase que exclusivamente estrutural, sem refletir sobre ela e sem contextualizá-la, o que justifica a necessidade de revisão teórica e metodológica de abordagem de ensino de língua materna na escola de modo urgente.

Por fim queremos destacar nossa crença a respeito da ideia de que os princípios funcionalistas aqui apresentados se estendem ao ensino de outras línguas naturais, bem como para outros fenômenos linguísticos além da articulação sintática de itens de enunciados diversos, uma vez que integra forma e função na abordagem da língua em uso.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo, Parábola, 2007.

COMBETTES, Bernard. **Pour une grammaire textuelle**. La progression thématique. Paris: A. de BOECK & Ducolot, 1983.

MARTINET, André. **EL lenguaje desde el punto de vista funcional**. Editorial Gredos, S.A. Biblioteca Románica Hispánica. Madrid, España, 1971.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo, Parábola, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. (1991). **Gramática na Escola**. 2. ed. São Paulo, Contexto, 1991.

POTTIER, Bernard et alii. **Le langage**: Centre d'Étude et de Promotion de la Lecture. Ed. Paris, 1973.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

VENDRYES, Joseph. **Le langage**: introduction linguistique a l’histoire. Ed. Paris: Albin Michel, 1978.

Lucineudo Machado Irineu

Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Departamento de Letras Estrangeiras (DLE) do *Campus* Avançado “Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Também atua como professor de Espanhol no Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Coordena o EALE/UERN, Grupo de Pesquisa e Estudos Aplicados em Línguas Estrangeiras da UERN. Integra ainda os grupos de pesquisa GRED/UERN e PROTEXTO/UFC. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada ao ensino de línguas, e em Teorias Linguísticas, com ênfase em estudos em texto e discurso, em interface. Atualmente, orienta pesquisas sobre representações sociais, imagens de si e interculturalidade, gêneros textuais e ensino, letramento e multiletramentos.

Marílio Salgado Nogueira

Possui graduação em Letras Português-Inglês pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialização em Docência em EAD pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professor da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) e tutor de ensino à distância do Instituto UFC Virtual. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: multimodalidade, hipertexto, ensino, gramática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

NOTAS

[1] José Carlos Paes de Almeida Filho é doutor em Linguística pela Georgetown University, GU, Estados Unidos. É mestre em Educação em Língua Estrangeira pela Universidade de Manchester, Inglaterra. Atualmente, é professor de Linguística Aplicada e de Teoria de Ensino de Línguas na Universidade de Brasília. Dedicar-se às seguintes áreas de estudo: aquisição e ensino de línguas, abordagens de ensino de idiomas, história do ensino de línguas no Brasil, políticas de ensino de línguas, dentre outros.

[2] Pottier (1973, p. 53-4) usa o termo “morfema” como genérico; mantém a designação de “lexemas”, mas chama de “gramemas” os “morfemas gramaticais”. Já Vendryes (1978, p. 17) fala de “semantemas” ao se referir às “formas mínimas de valor lexical e de morfemas as de valor gramatical”.

[3] Morfema Livre.

[4] Morfema Preso.

[5] Detalhes sobre esta proposta podem ser encontrados em Combettes (1983).